



Texto para Discussão 002 | 2023

Discussion Paper 002 | 2023

Índice de miséria ampliado e desagregado por cor ou raça e sexo

João Saboia

Professor emérito do Instituto de Economia da UFRJ

João Hallak Neto

Membro do Conselho Regional de Economia – CORECON-RJ

Victor Nobre Villacorta

Graduado do Instituto de Economia da UFRJ

This paper can be downloaded without charge from
<https://www.ie.ufrj.br/publicacoes-j/textos-para-discussao.html>

Índice de miséria ampliado e desagregado por cor ou raça e sexo

Fevereiro, 2023

João Saboia

Professor emérito do Instituto de Economia da UFRJ

João Hallak Neto

Membro do Conselho Regional de Economia – CORECON-RJ

Victor Nobre Villacorta

Graduado do Instituto de Economia da UFRJ

Resumo

Este artigo tem por objetivo complementar a análise desenvolvida na proposta de índice de miséria ampliado apresentada por Saboia e Hallak Neto (2022), incorporando novas variáveis e procurando observá-las por meio de suas diferenciações por cor/raça e por sexo e cor/raça. A aplicação da metodologia sobre a base de dados resultou em queda do índice de miséria entre 2012 e 2014, crescimento nos dois anos seguintes e estabilização entre 2017 e 2019. Em 2020, com o início da pandemia da Covid, houve novo aumento, que prosseguiu até patamar recorde em 2021, último ano da série. Na perspectiva de cor/raça e sexo, as tendências acompanharam o nível geral, mas com pretos ou pardos, e, especialmente as mulheres pretas ou pardas registrando os piores resultados para o índice de miséria.

Abstract

This article aims to complement the analysis developed in the proposal for an expanded misery index presented by Saboia and Hallak Neto (2022), incorporating new variables and observing them through their differentiation by color/race and by sex and color/race. The application of the methodology on the database resulted in a drop in the poverty index between 2012 and 2014, growth in the following two years and stabilization between 2017 and 2019. In 2020, with the onset of the Covid pandemic, there was a new increase, which continued to a record level in 2021, the last year from the series. From the perspective of color/race and sex, the trends followed the general level, but with blacks or browns, and especially black or brown women registering the worst results for the misery index.

Palavras-chave: miséria; pobreza; índice de miséria; desigualdades; sexo, raça e cor

Key words: poverty; misery; misery index; inequalities; sex, race and color

Classificação JEL: I31; I32; J15; J16

1 Introdução

Conforme descrito em Saboia e Hallak Neto (2022), o índice de miséria foi originalmente concebido pelo economista Arthur Okun com o objetivo de ser uma ferramenta para contribuir para o monitoramento da economia nos Estados Unidos, especialmente no período do Governo Lyndon Johnson durante a década de 1960. A ideia original do índice partiu do princípio de que inflação e desemprego estavam inversamente correlacionados, seguindo fundamentos semelhantes à Curva de Phillips.¹ Em outras palavras, em um cenário de recessão econômica, o desemprego tenderia a crescer na medida em que a inflação diminuísse, enquanto em uma conjuntura de expansão, o desemprego tenderia a cair e a inflação aumentar, indicando um *trade-off* entre inflação e desemprego. O índice proposto originalmente, e ainda utilizado por alguns autores, é então calculado pelo somatório das taxas de inflação e de desemprego, de modo que quanto maior seu valor, pior seria a situação e o bem-estar da população e vice-versa.

Se por um lado, a simplicidade é o grande atrativo do Índice de Miséria de Okun, por outro nota-se que desemprego e inflação representam apenas algumas das dimensões que podem ser associadas à miséria ou à falta de bem-estar de uma população. Diante desse contexto, ao final da década de 1990, Robert Barro apresentou o que foi chamado de "Índice de Miséria de Barro", que seria um Índice da Miséria ampliado, incorporando ao índice original a diferença entre as taxas anuais de juros básicos, estas com sinal positivo, e o crescimento do PIB, com sinal negativo. A hipótese levantada pelo autor é que juros mais altos elevariam a "miséria" ao passo que um crescimento econômico maior atuaria em sua redução².

Saboia e Hallak Neto (2022) buscaram reformular o índice de miséria incorporando outras dimensões, de modo a torná-lo mais representativo da realidade econômica e social vigente. No trabalho recentemente desenvolvido, os autores incluíram três novas dimensões: "renda", "desigualdade de renda", e "endividamento excessivo", e mantiveram as outras duas: "trabalho" e "inflação" existentes no índice original de Okun.

¹ Okun (1962).

² Maiores detalhes em: Saboia e Hallak Neto (2022) e Barro (1999).

Os indicadores utilizados para representar estas dimensões foram, respectivamente: Rendimento médio domiciliar *per capita* dos 20% mais pobres, Razão entre o rendimento dos 20% mais pobres com o dos 20% mais ricos, Taxa de subutilização composta da força de trabalho, Nível de inadimplência de pessoas que ganham até 10 salários-mínimos e a variação do Índice Nacional de Preços do Consumidor (INPC). A hipótese é que, *coeteris paribus*, caso a desigualdade de renda, o endividamento excessivo, a subutilização da força de trabalho e a inflação aumentassem, o índice de miséria estaria mais elevado. Caso o rendimento crescesse, o índice reduzir-se-ia.

Este artigo busca avançar na elaboração da metodologia publicada do Índice de Miséria Ampliado proposta por Saboia e Hallak Neto (2022), incorporando recortes por grupos populacionais específicos de cor ou raça e sexo, ao longo de uma série anual entre 2012 e 2021. Para tanto propõe-se uma adaptação na metodologia ao substituir a dimensão “desigualdade de renda” por “educação”, a fim de tornar o índice geral mais consistente com as desagregações desejadas.³

Para desenvolver a desagregação por cor ou raça e sexo do índice de miséria ampliado estruturou-se o artigo em três seções, além desta introdução. Na próxima seção, são apresentadas a metodologia, as dimensões e os dados utilizados para a construção do Índice. Na terceira seção, os principais resultados encontrados. Finalmente, o texto é encerrado com as conclusões.

2 Metodologia, dimensões e dados

Para a construção do índice de miséria com as desagregações propostas foram definidos cinco indicadores, sendo um para cada dimensão: endividamento excessivo e inflação, representadas, respectivamente, pelos indicadores de percentual de famílias inadimplentes com rendimento até 10 salários-mínimos e pela variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Ambos oriundos do índice proposto por

³ Para detalhes a respeito da investigação oficial estatística a respeito do tema étnico-racial e da abordagem de gênero no Brasil, ver, respectivamente: Athias (2018) e Cobo et al (2018).

Saboia e Hallak e Neto (2022). A novidade configura-se na adaptação dos três outros indicadores. O primeiro consiste na taxa de subutilização, agora estratificada por sexo e cor ou raça, assim como o rendimento médio domiciliar per capita dos 20% de menores rendimentos domiciliares *per capita* (simplificadamente chamados de 20% mais pobres), também desagregados pelas categorias de sexo e cor ou raça. A nova dimensão incluída é representada pelo percentual de jovens de 15 a 29 anos que não estudam nem estão ocupados (NENO), também conhecidos como nem-nem, que substitui a razão de distribuição entre o quinto superior e inferior de rendimento (R20-/20+). Isto ocorre em função de avaliarmos a educação (ou falta dela) como um indicador de maior impacto para mensuração do nível de miséria/bem-estar de um país.

Os dados relativos ao rendimento médio domiciliar *per capita*, o percentual de jovens NENO e a taxa de subutilização tiveram como base a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), o INPC foi obtido pelo Sistema Nacional de Preços ao Consumidor – SNPC/IBGE, enquanto o nível de inadimplência a partir da Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), da Confederação Nacional do Comércio.

A escolha do INPC decorreu de ser um índice mais apropriado para a evolução do custo de vida da população mais pobre, na medida em que considera a estrutura de ponderação dos gastos das famílias com rendimentos entre 1 e 5 salários-mínimos. A dimensão endividamento excessivo, por sua vez, está relacionada às dívidas em atraso com cartão de crédito, cheque especial e crediário.

A taxa composta de subutilização da força de trabalho foi escolhida em função de ser uma medida mais completa para mensuração dos desequilíbrios no mercado de trabalho. Além dos desocupados, o indicador inclui os que trabalham menos de 40 horas semanais, gostariam e estariam disponíveis para trabalhar mais, e a força de trabalho potencial (desalentada ou não), tratando-se de uma métrica que fornece uma informação mais ampla sobre as dificuldades no mercado de trabalho brasileiro.⁴

⁴ Saboia e Hallak Neto (2022).

Para a dimensão da pobreza observa-se o rendimento médio domiciliar per capita dos 20% mais pobres, considerando todas as fontes de rendimento – trabalho, aposentadoria, pensão, benefícios de programas sociais e outros. Por fim, o percentual de jovens NENO foi adicionado ao índice para trazer uma informação relacionada à lacuna educacional para essas pessoas que poderiam estar se qualificando uma vez que não estão ocupadas.

Foram utilizados dados médios anuais para as variáveis representativas de cada uma das cinco dimensões, conforme ilustrado no quadro abaixo:

Quadro 1 – Dimensões, variáveis e base de dados que compõem a nova proposta do índice de miséria ampliado desagregado

	Dimensão	Variável	Fonte
1	Inflação	Taxa de variação anual do INPC	IBGE - SNPC
2	Trabalho	Taxa composta de subutilização por cor/raça e sexo	IBGE- PNADc
3	Renda	Rendimento Domiciliar per Capita (20% mais pobres) por cor/raça e sexo	IBGE- PNADc
4	Educação	Percentual de Jovens que não estudam nem estão ocupados por cor/raça e sexo	IBGE-PNADc
5	Endividamento excessivo	Taxa de inadimplência das famílias que recebem até 10SM	CNC-PEIC

Fonte: Elaboração dos autores.

O cálculo do índice de miséria segue a metodologia de Saboia e Hallak Neto (2022), apresentando resultados que variam entre 0 e 1 para cada dimensão e para o índice geral, que corresponde à média aritmética das cinco dimensões. A desagregação proposta por cor ou raça em duas categorias: branca e preta ou parda, e por sexo em homem e mulher, implica em um conjunto maior de valores de cada indicador para a definição dos valores máximos e mínimos utilizados no cálculo do índice. A seção a seguir traz os resultados encontrados.

3 Resultados⁵

Um panorama do Índice em seu nível geral mostra que entre 2012 e 2014, anos iniciais da série histórica disponível, o IM Brasil atingiu valor mínimo de 0,299 ao final deste período. Este resultado decorreu de uma série de políticas implementadas ao longo dos governos Lula I e II e início do governo Dilma, em que a renda domiciliar per capita dos 20% mais pobres experimentou aumentos significativos, enquanto a inadimplência, a taxa de subutilização e a inflação apresentaram quedas, acarretando uma melhoria do índice durante esse período.⁶

A partir de 2015, o movimento do índice passou a seguir sentido oposto, onde em 2016 alcançou 0,548 e se manteve, em média, em torno de 0,512 nos três anos subsequentes. Este fenômeno é explicado por uma série de fatores, sendo a crise econômica de 2015/16, que atingiu fortemente o mercado de trabalho e o PIB brasileiro, uma das principais causas (Saboia et al, 2021).

Com a chegada da pandemia de COVID-19 em 2020 e as medidas tomadas para sua gestão, o crescimento econômico, que se encontrava próximo à estagnação, teve forte queda. Como consequência, a maior parte dos indicadores que compõem o Índice de Miséria aumentaram, gerando um significativo aumento do índice geral e consequente deterioração no bem-estar da população brasileira. O impacto só não se mostrou ainda maior em função das políticas assistencialistas implementadas, tais como a provisão do Auxílio Emergencial (AE) às famílias mais pobres, e programas de manutenção do emprego, como o Programa de Manutenção do Emprego e Renda⁷, fazendo com que a

⁵ Os autores agradecem o atendimento da equipe do IBGE pela disponibilidade em tirar dúvidas a respeito do pacote PNAD Contínua do IBGE, principal instrumento para o processamento dos dados utilizados para a construção desse documento. Para detalhes, ver: Braga e Assunção (2021).

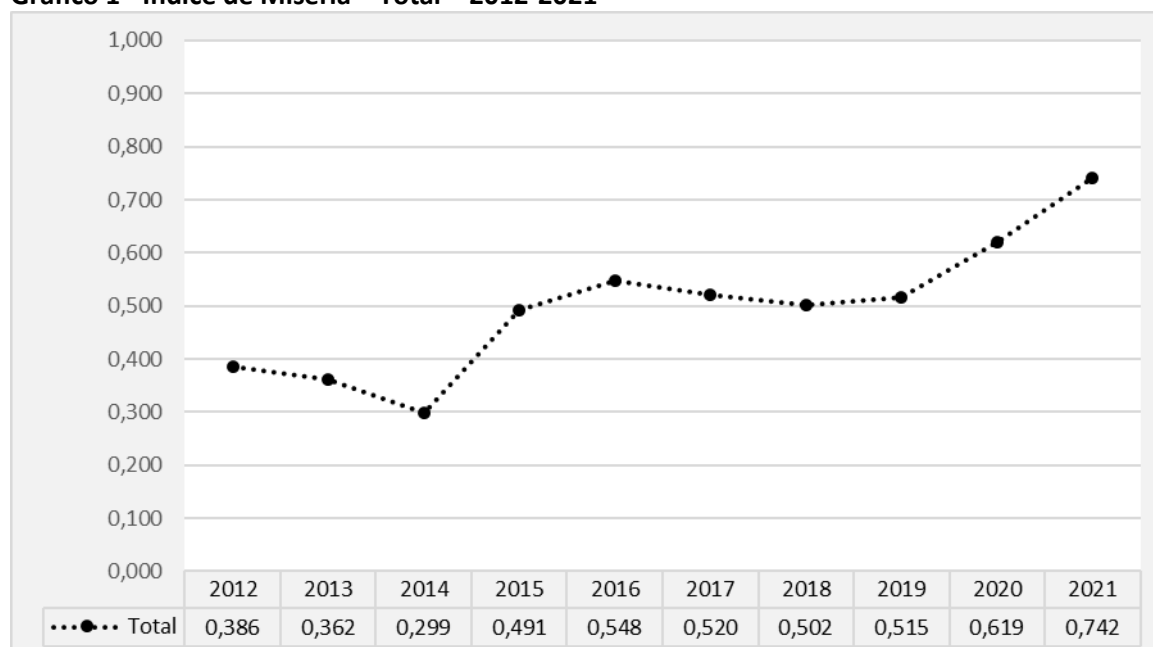
⁶ O percentual de jovens que nem estudam nem estão ocupados obtiveram um pequeno aumento neste período. Entretanto, por ter sido um aumento pouco significativo frente aos demais indicadores, teve baixo efeito sobre o índice geral.

⁷ O Benefício de Manutenção do Emprego e Renda (BEM) foi um programa criado pelo Governo Federal que possui por objetivo que o trabalhador e o empregador possam realizar acordos individuais ou coletivos para reduzir a jornada de trabalho, com diminuição proporcional do salário, ou suspender temporariamente o contrato de trabalho, em função dos efeitos da pandemia. Ver mais em: <https://www.gov.br/casacivil/pt->

deterioração sobre o nível de renda e emprego fosse mais branda e o nível de mal-estar da população brasileira crescesse menos do que poderia ser esperado durante uma pandemia (Bridi, 2020).

Em 2021, com a continuação dos efeitos ocasionados pela pandemia, como a forte retração no mercado de trabalho, somado à inflação de custos, especialmente no preço dos alimentos, combustíveis e energia⁸, e a ausência de políticas públicas orientadas a áreas, como a educação⁹, fizeram com que o IM do país se configurasse como o maior da série histórica analisada, 0,742, conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Índice de Miséria – Total – 2012-2021



Fonte: Adaptado a partir de Saboia e Hallak Neto (2022)

[br/assuntos/noticias/2021/maio/beneficio-emergencial-de-manutencao-do-emprego-e-da-renda-bem-2021-
comeca-a-ser-pago](https://br.assuntos/noticias/2021/maio/beneficio-emergencial-de-manutencao-do-emprego-e-da-renda-bem-2021-comeca-a-ser-pago)

⁸[https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/01/11/ibge-inflao-de-1006-pontos-percentuais-se-deve-a-
aumento-de-custos-e-no-maior-demanda.ghtml](https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/01/11/ibge-inflao-de-1006-pontos-percentuais-se-deve-a-aumento-de-custos-e-no-maior-demanda.ghtml)

⁹[https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/12/no-brasil-31percent-dos-jovens-entre-18-e-24-anos-
nao-estudam-nem-trabalham-mostra-ibge.ghtml](https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/12/no-brasil-31percent-dos-jovens-entre-18-e-24-anos-nao-estudam-nem-trabalham-mostra-ibge.ghtml)

Se ao longo desses últimos anos o Índice de Miséria brasileiro se mostrou em trajetória crescente, de maneira desagregada, a tendência se mostrou similar, mas naturalmente com efeitos diferentes quando comparadas as pessoas de cor ou raça preta ou parda e as pessoas brancas ou, quando comparadas por cor ou raça e por sexo e cor ou raça. Estes resultados são apresentados nas seções seguintes.

3.1 Estatísticas Descritivas por cor/raça

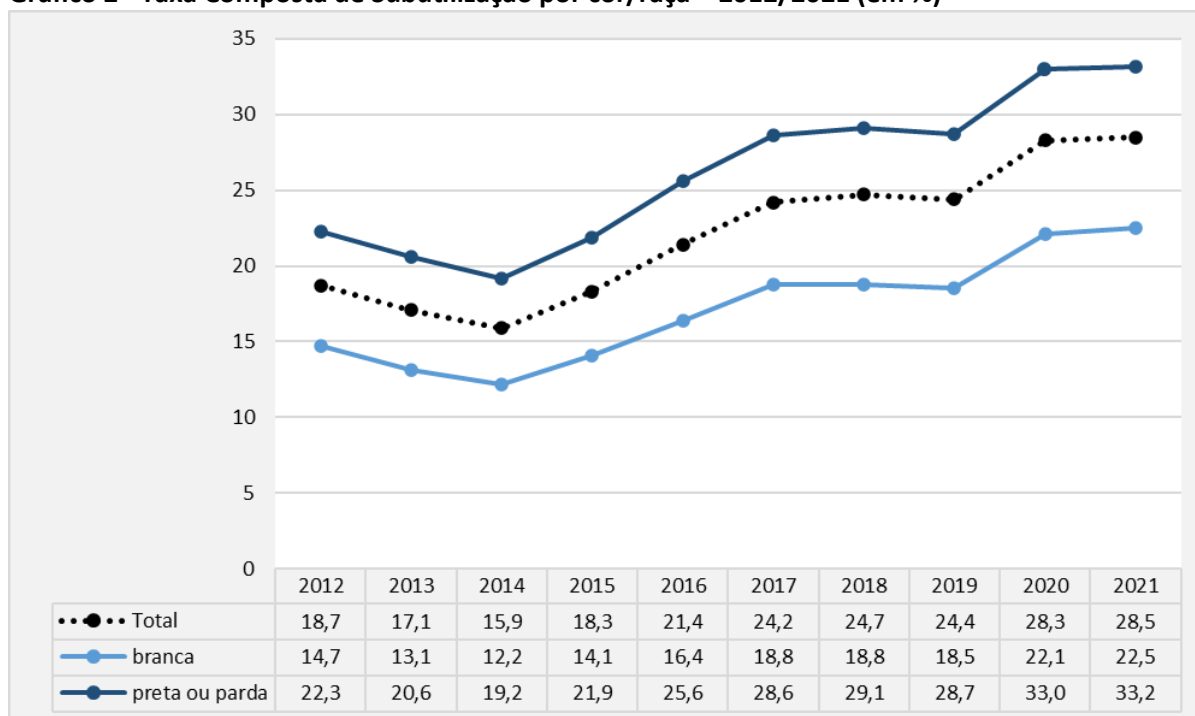
Conforme apontado pela literatura, as desigualdades por raça/cor perpassam o cenário brasileiro há décadas, refletindo em contextos de significativa segregação observada nos indicadores socioeconômicos das pessoas entre brancas e pretas ou pardas (Abramo, 2006; Silveira e Leão, 2021; Saboia et al, 2020; IBGE, 2022a). O estudo “Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil” (IBGE, 2022b), recentemente publicado pelo IBGE apontou que o rendimento médio mensal do trabalho de pessoas pretas ou pardas alcançou R\$1.608, uma diferença de R\$1.188 em relação ao rendimento médio mensal dos brancos, cujo valor era R\$2.796. Apesar de se constituírem a maioria da população residente no país e a maioria da população na força de trabalho, as pessoas pretas ou pardas ocupavam menos de 30% dos cargos gerenciais e, conseqüentemente, as pessoas brancas preenchiavam cerca de 70% destes. Além da situação laboral e de representação e gestão, o estudo destaca que a maior vulnerabilidade da população de cor ou raça preta ou parda é percebida em outros temas sociais, tais como condições de moradia e patrimônio, educação e violência¹⁰

Sobre os indicadores que constam na formação do IM, suas diferenças na comparação entre pretos ou pardos e brancos também se mostram prevalentes e com grandes desafios na mudança dessas tendências. Em relação à força de trabalho subutilizada, pretos ou pardos constituem a maior parcela nessa categoria, mantendo-se, em média, em 26%. Em 2021, este percentual chegou a 33,2%, correspondendo a uma diferença de 11 pontos percentuais em relação à população branca. No caso dos brancos, ainda que tenham

¹⁰ Ver: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101972>

apresentado taxas altas nesse mesmo período (22,5%) quando comparado ao início da série, mantiveram-se na média com percentuais bem menores, registrando 17% de taxa composta de subutilização (Gráfico 2).

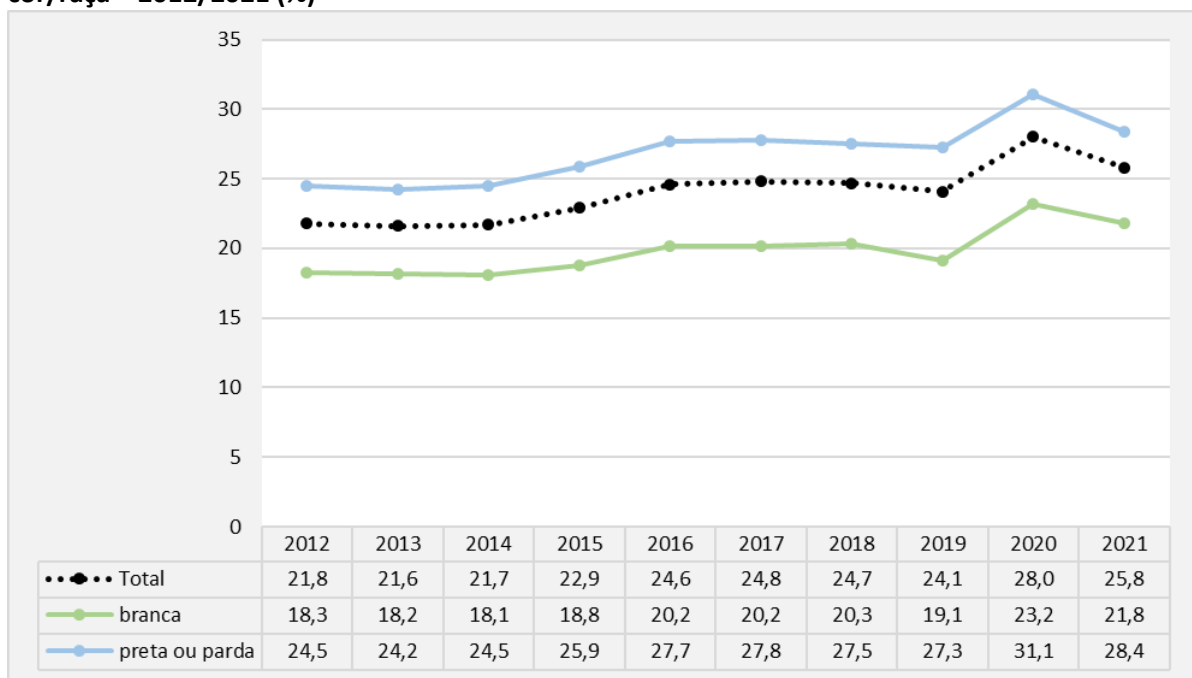
Gráfico 2 - Taxa Composta de Subutilização por cor/raça – 2012/2021 (em %)



Fonte: Elaboração própria dos autores, a partir dos dados da Síntese dos Indicadores Sociais- IBGE.

Na dimensão educação, representada pelo percentual de jovens que não estudam nem estão ocupados, o percentual de pretos ou pardos alcançou 28,4% ao final da série histórica, mantendo-se, em média, com 26,9%. Brancos obtiveram percentuais menores, 21,8%, além da média também em menor grau, 19,8%. Esta tendência reforça as desigualdades já existentes, uma vez que a baixa escolaridade ou a dificuldade de acesso à educação de uma forma geral acomete mais os pretos ou pardos, sobretudo, os de menor renda (Gráfico3).

Gráfico 3 – Percentual de jovens entre 15 e 29 anos que não estudam nem estão ocupados por cor/raça – 2012/2021 (%)

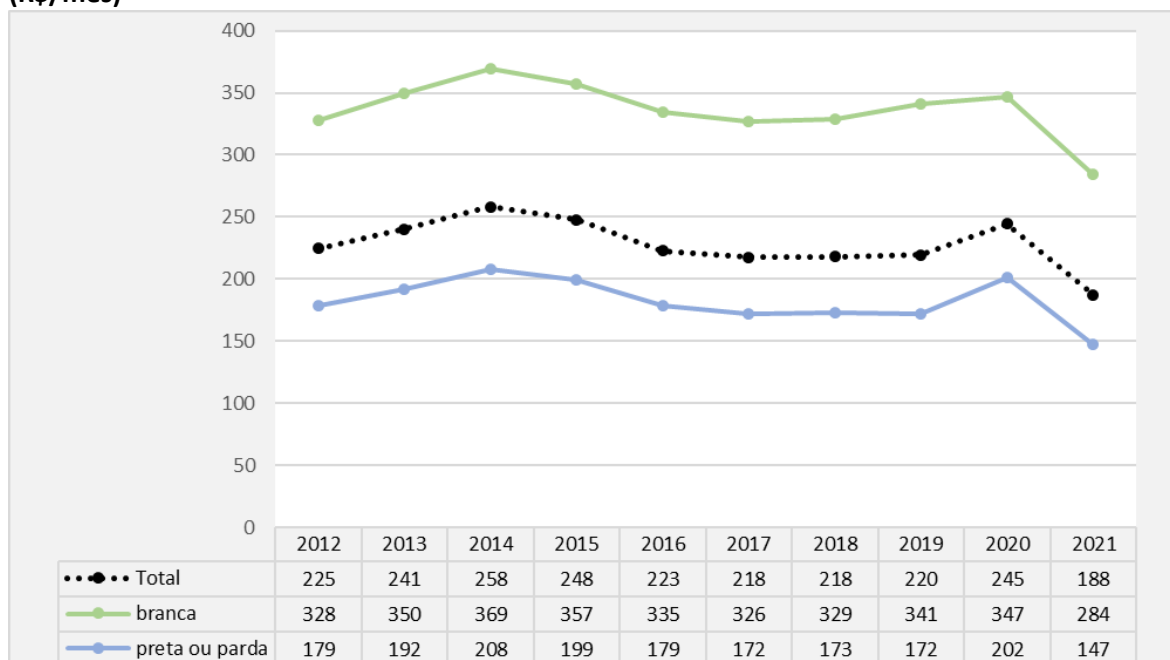


Fonte: Elaboração própria dos autores, a partir dos dados da Síntese dos Indicadores Sociais

Por fim, o rendimento médio domiciliar real per capita (dos 20% mais pobres) indica que, em geral, pretos ou pardos registram níveis de renda menores do que brancos¹¹. Nota-se que o comportamento ou a tendência da evolução do RDPC se configurou de maneira similar, mesmo em 2020, ano de incremento maior na renda de ambos os grupos. Este fenômeno pode ser traduzido pela provisão do Auxílio Emergencial, que atingiu em maior grau justamente a população de menores rendimentos, composta majoritariamente por pessoas de cor ou raça preta ou parda como fica bem nítido no Gráfico 4.

¹¹ Na PNAD Contínua, fonte primária da informação de RDPC, o quesito de cor ou raça é investigado para todos os moradores do domicílio.

Gráfico 4 – Renda domiciliar per capita média dos 20% mais pobres por cor/raça – 2012/2021 (R\$/mês)



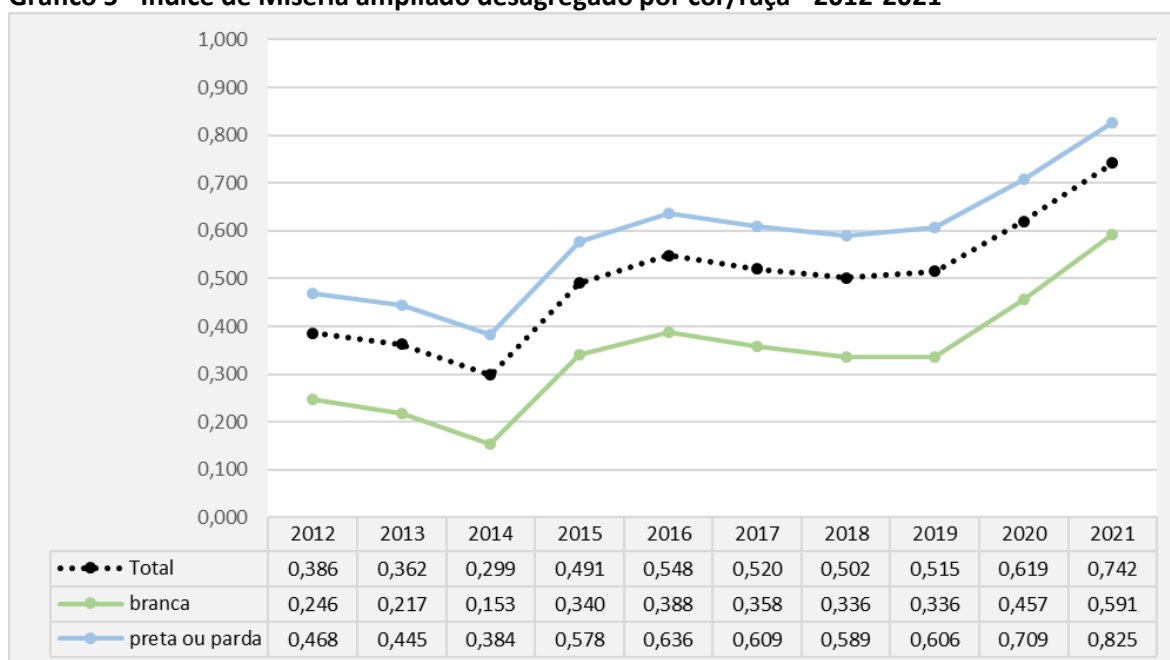
Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados da PNADC/IBGE. Preços médios de 2021.

3.2 Índice de Miséria por cor ou raça

A partir das informações descritas acima de taxa de subutilização, jovens que não estudam nem estão ocupados e do rendimento domiciliar per capita por cor ou raça, combinadas com as informações gerais da variação anual do INPC e da taxa anual de inadimplência, chegou-se ao índice de miséria decomposto por cor ou raça.

Em 2012, o IM para brancos foi de 0,246 enquanto para pretos ou pardos, 0,468. Até 2014, houve queda gradual para os dois grupos. A partir de 2015, ambos seguiram a mesma trajetória, mas com patamares bastantes distintos. Em 2021, o índice para pretos ou pardos alcançou 0,825, o maior da série histórica, o que representa grande aumento na piora do bem-estar desse grupo. Para as pessoas brancas, apesar de terem também apresentado crescimento, o valor alcançado ao final da série foi significativamente inferior, 0,591 (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Índice de Miséria ampliado desagregado por cor/raça - 2012-2021



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE-SNPC, IBGE- Pnad Contínua e CNC-PEIC.

As desigualdades por cor/raça são bastante evidentes em diversos indicadores econômicos e sociais brasileiros e o índice de miséria é mais um indicador a sintetizar esta realidade. Quando adicionado o recorte por sexo, percebe-se a manutenção dessa desigualdade e a pior condição das mulheres, em relação aos homens, é retratada no índice de miséria, sendo, portanto, o grupo de mulheres pretas ou pardas o mais vulnerável.

3.3 Estatísticas Descritivas por cor/raça e sexo

Amplamente documentado na literatura, as desigualdades por cor/raça e sexo são bastante expressivas na economia brasileira. Esse fenômeno pode ser visto em vários exemplos. Considerando a remuneração do mercado de trabalho, em 2021, as mulheres de cor ou raça preta ou parda receberam apenas 53,3% do que receberam os homens brancos, segundo o critério de rendimento hora de todos os trabalhos. Essas diferenças são ainda mais acentuadas quando analisados o rendimento mensal: as mulheres receberam em média 80,0% do que receberam os homens, as pessoas de cor ou raça pretas ou pardas 57,7% do que receberam as pessoas brancas, e as mulheres pretas ou pardas apenas 45,3% do que receberam os homens brancos (IBGE, 2022, Tabela 1.39). Esse padrão foi

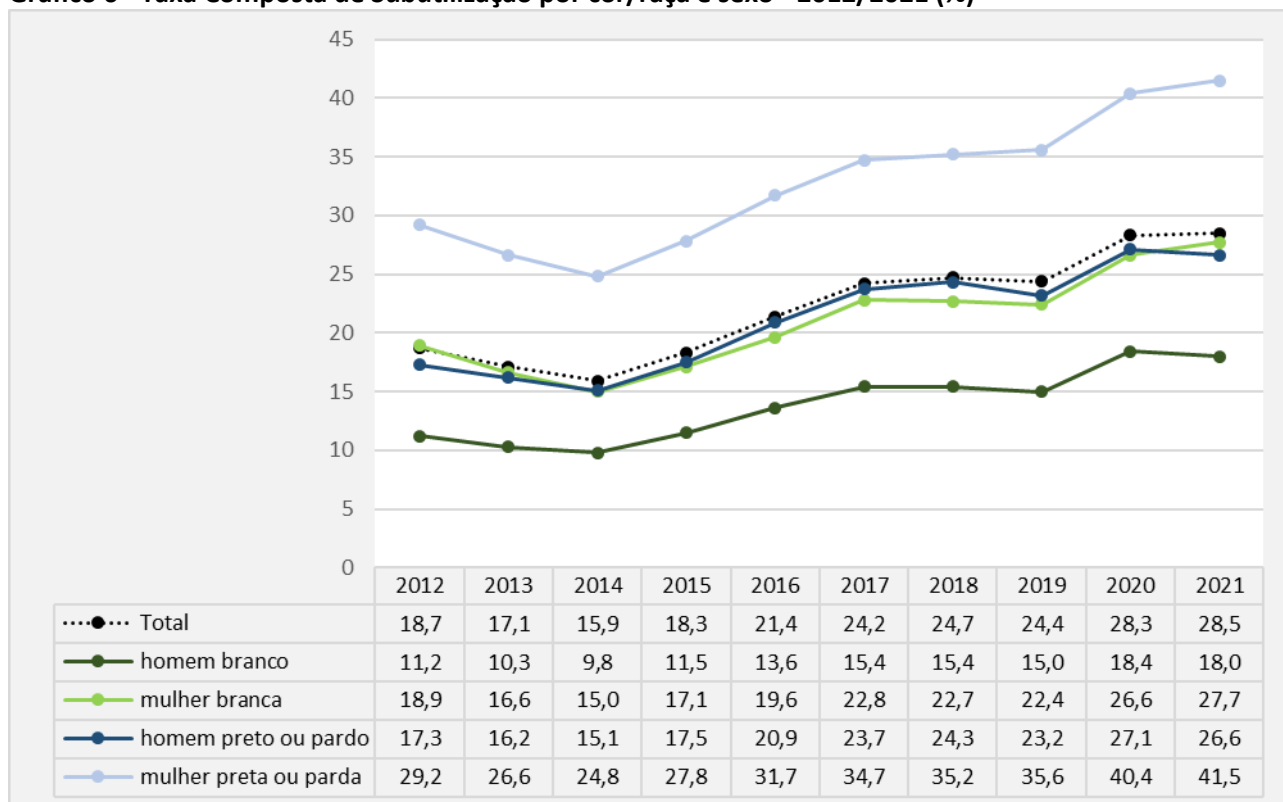
observado em toda a série de rendimentos do trabalho da Pnad Contínua, que se iniciou em 2012.

Embora tenha havido ténue melhoria nos indicadores comparativos, este padrão é similar ao observado na década de 2000, isto é, os indicadores de rendimento médio, assim como a taxa de desocupação de mulheres e de pessoas pretas ou pardas, são sistematicamente piores que os encontrados para homens e para as pessoas brancas (Abramo, 2006). Para as mulheres pretas ou pardas a taxa de desocupação é quase o dobro quando comparada a estes últimos. No caso da subutilização, o cenário também se mostra desfavorável.

Em 2012, a taxa de subutilização dos homens brancos representava 11,2%. Para mulheres pretas ou pardas, por sua vez, a taxa superava o dobro, com 29,2%. Mulheres brancas e homens pretos ou pardos, por outro lado, apontaram taxas semelhantes, na ordem de 18,9% e 17,3%, respectivamente. A maior taxa de subutilização observada nas mulheres se deve à sua maior incidência entre pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas (IBGE, 2022a).

Entre 2012 e 2021, a taxa de subutilização de homens brancos apresentou uma variação de 6,8 pontos percentuais, mantendo-se, em média, em 13%. Homens pretos ou pardos, tiveram um crescimento muito maior, em 9,3 pontos percentuais, alcançando 26,6% no nível de subutilização em 2021. O fato a destacar, entretanto, se dá em relação às mulheres pretas ou pardas, que não só cresceram 12,3 pontos percentuais, apresentando 41,5% de subutilização, mas permaneceram em média em torno de 32%, isto é, mais que o dobro da taxa média de homens brancos e acima de homens pretos e mulheres brancas (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Taxa Composta de Subutilização por cor/raça e sexo - 2012/2021 (%)

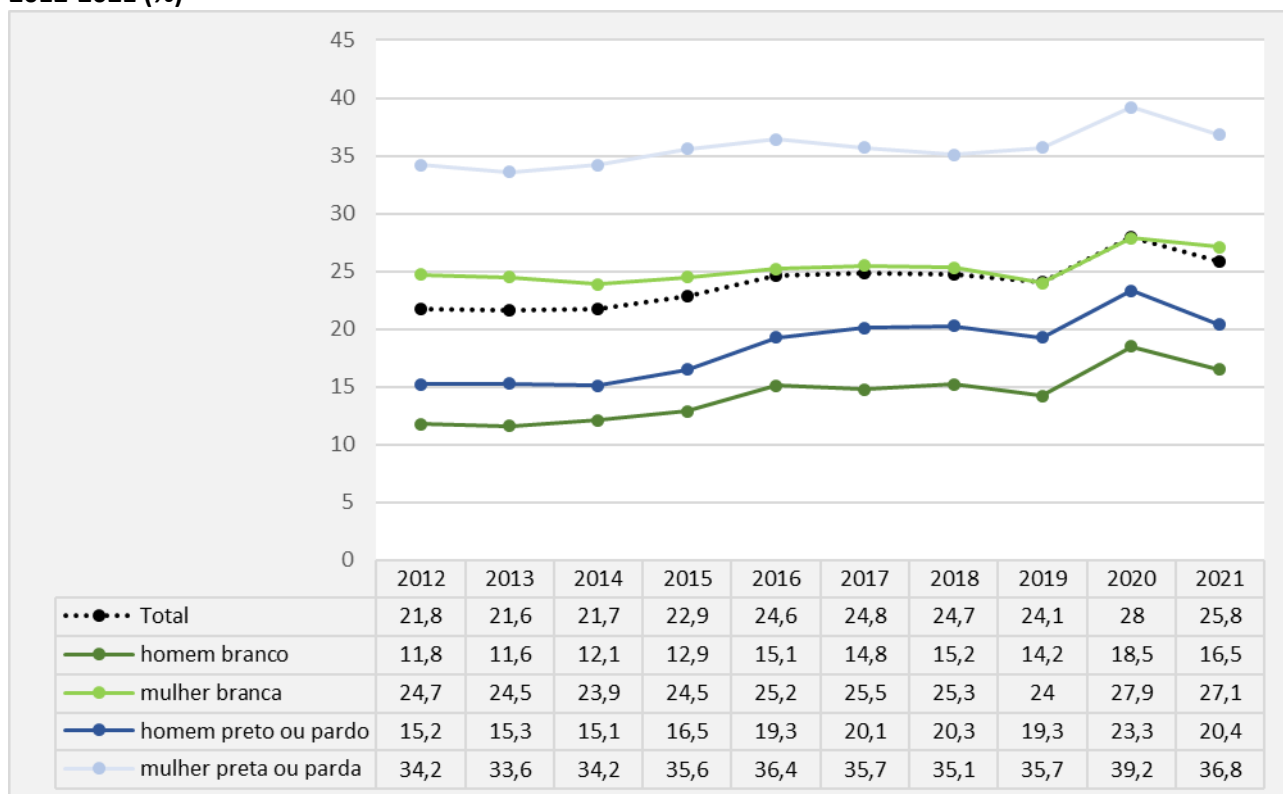


Fonte: Elaboração própria dos autores, a partir dos dados da Síntese dos Indicadores Sociais

O percentual de jovens entre 15 a 29 anos que não estudam nem estão ocupados, os chamados NENO, também apontam tendências de desigualdades por sexo e cor ou raça. Assim como para a força de trabalho subutilizada, chama a atenção a disparidade entre mulheres pretas ou pardas e homens brancos. Enquanto estes últimos mantiveram-se, em média, em 14,2%, para mulheres pretas ou pardas, este percentual foi de 35,6%.

Durante o período da pandemia nos anos de 2020 e 2021, enquanto o percentual de NENO de homens brancos foi de 18,5% e 16,5%, respectivamente, para as mulheres pretas ou pardas esse percentual chegou em quase 40%, seguido de 36,8% em 2021. É interessante notar que este movimento se mostra também prevalente entre homens pretos ou pardos e mulheres brancas, visto que as mulheres brancas estão na segunda escala de maior percentual de NENO no caso brasileiro (Gráfico 7).

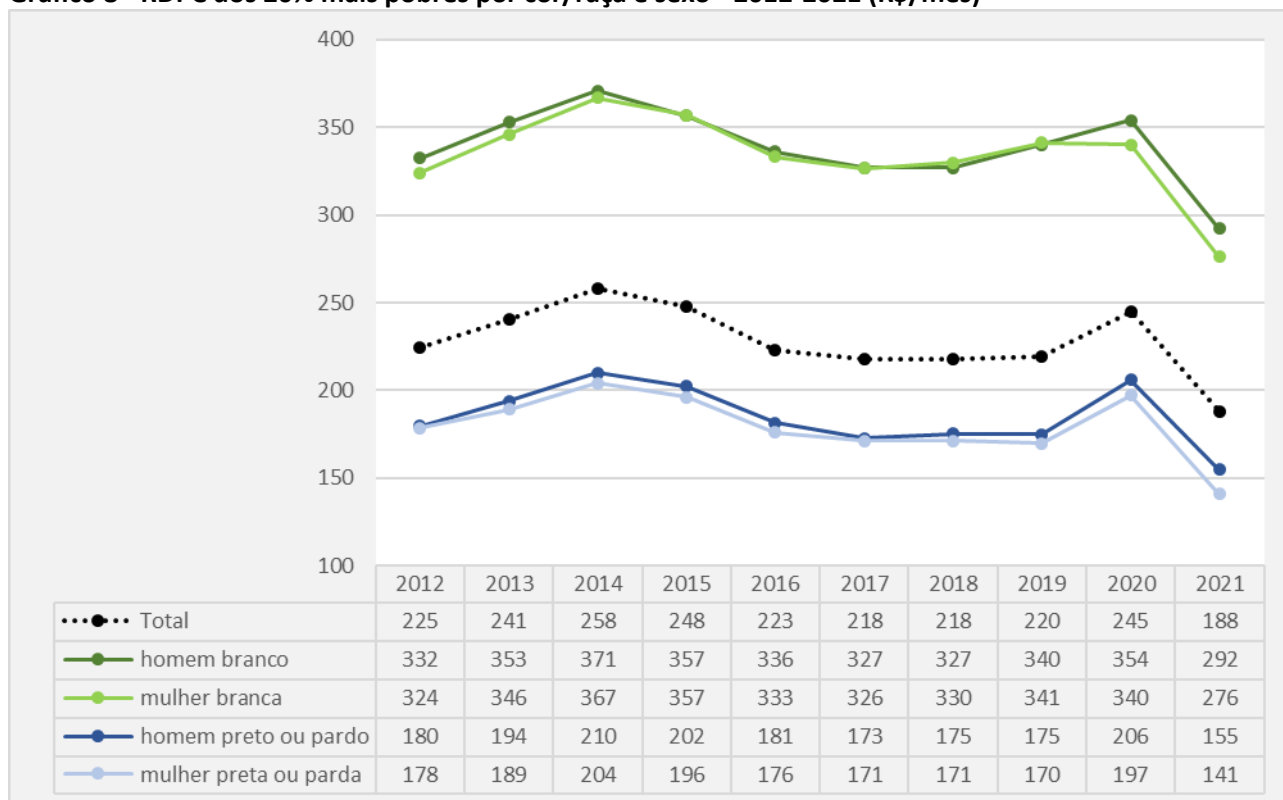
Gráfico 7 - Jovens entre 15 e 29 anos que não estudam nem trabalham por cor/raça e sexo - 2012-2021 (%)



Fonte: Elaboração própria dos autores, a partir dos dados da Síntese dos Indicadores Sociais - SIS.

Em relação ao RDPC, nota-se que homens e mulheres brancas possuem rendimentos sistematicamente maiores quando comparados a homens e mulheres pretas ou pardas. Mais especificamente, enquanto estes últimos obtiveram, em média, R\$185 e R\$179, respectivamente, em rendimentos domiciliares per capita, esses mesmos indicadores para homens e mulheres brancos foram de R\$339 e R\$334. Sobre as tendências ao longo da série, todas as categorias seguiram trajetórias similares, mas na comparação entre homens e mulheres de mesma cor ou raça, as mulheres apresentaram queda na renda substancialmente maior quando comparadas aos homens (Gráfico 8).

Gráfico 8 - RDPC dos 20% mais pobres por cor/raça e sexo - 2012-2021 (R\$/mês)



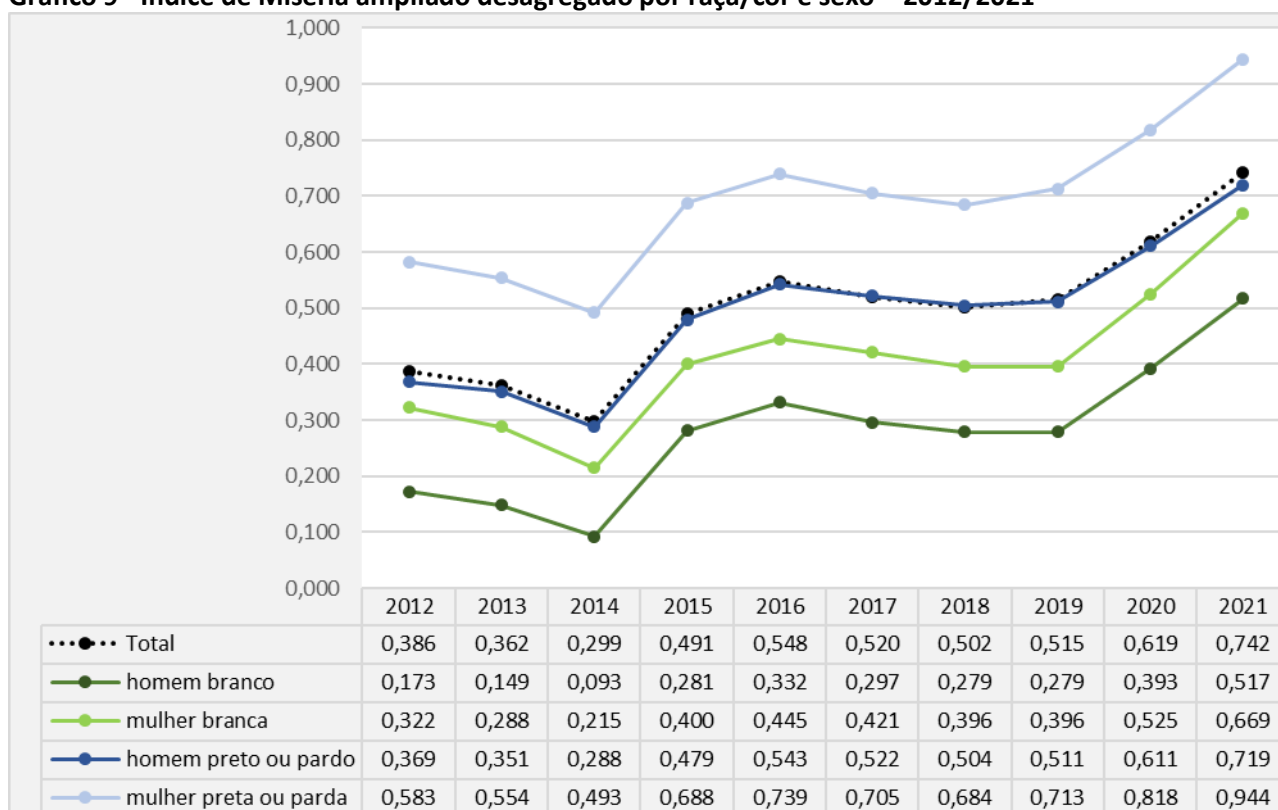
Fonte: Elaboração dos autores a partir dos dados da PNADC/IBGE. Preços médios de 2021.

3.4 Índice de Miséria por cor ou raça e sexo

No momento em que o índice de miséria apresentou os valores mais baixos da série, em 2014, homens e mulheres brancas obtiveram valores de 0,093 e 0,215, respectivamente. No caso das mulheres pretas ou pardas este valor era de 0,493 e homens pretos ou pardos 0,288, o que reforça que para além das desigualdades raciais, o recorte por sexo contribui para evidenciar a maior vulnerabilidade das mulheres pretas ou pardas (Gráfico 9).

Nos anos de crise fica evidente o crescimento heterogêneo no Índice de Miséria para cada um dos grupos específicos. Mulheres pretas ou pardas, na comparação de 2014 (ano de queda do índice) a 2021, cresceram 91%, correspondendo a quase o máximo possível do indicador (0,944). Homens pretos ou pardos também obtiveram variação expressiva, mas em menor grau, correspondendo a 0,719 e, juntamente com as mulheres brancas, se situam em posição intermediária entre as categorias. Os homens brancos, por sua vez, foram os que registraram os menores índices de miséria, terminando o período com 0,517.

Gráfico 9 - Índice de Miséria ampliado desagregado por raça/cor e sexo – 2012/2021



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE-SNPC, IBGE-Pnad Contínua e CNC-PEIC.

4 Considerações Finais

O índice de miséria aqui apresentado ampliou a proposta de Saboia e Hallak Neto (2022) modificando a utilização das dimensões propostas originalmente para agregar à análise o recorte por cor/raça e sexo. Por meio de uma técnica simples e de fácil compreensão foi possível medir a evolução da situação do país em termos de bem-estar da população medido pelo índice segundo os recortes de cor ou raça branca e preta ou parda e entre as categorias de homens brancos, mulheres brancas, homens pretos ou pardos e mulheres pretas ou pardas. O período analisado correspondeu ao ano inicial da PNAD Contínua, 2012, até seus últimos resultados disponíveis para 2021 por ocasião da preparação deste texto.

Em linhas gerais, após a queda inicial até 2014, se observou um aumento significativo no Índice de Miséria em 2015, ano em que a crise econômica de meados da década passada atingiu o país. O índice flutuou nos anos seguintes, crescendo bastante nos dois anos finais

de 2020 e 2021, quando a pandemia da COVID-19 atingiu o Brasil. Em relação ao índice de miséria por cor/raça, foram identificados resultados de certa forma já esperados e em convergência com o documentado pela literatura. A população de cor ou raça preta ou parda apresentou índices de miséria sistematicamente maiores do que o das pessoas brancas. Observando de maneira desagregada por meio das dimensões compostas no índice sintético, esta população apresentou maior incidência em pessoas subutilizadas, de pessoas que não estudam nem estão ocupadas e daquelas que possuem os menores rendimentos domiciliares per capita.

Adicionada a categoria de sexo ao índice de miséria, nota-se que as desigualdades intensificam mais ainda esse quadro, mostrando uma situação mais desfavorável para as mulheres pretas ou pardas. Este grupo registrou piora mais intensa no bem-estar em razão dos seus componentes. Tais desigualdades, fruto do contexto histórico e econômico brasileiro, com a pandemia da COVID-19 e a ausência de políticas públicas mais efetivas, ampliaram ainda mais as disparidades socioeconômicas já existentes nos últimos dois anos.

Nesse sentido, mais do que olhar para as desigualdades sociais de maneira geral, considerá-las de forma transversal também se faz necessário. O índice de miséria desagregado por cor/raça e sexo indica que é extremamente importante a adoção de políticas orientadas à inclusão racial e de gênero, seja no campo dos programas sociais, mas também educacionais e do trabalho, de forma a promover um desenvolvimento econômico mais equânime e inclusivo.

Referências Bibliográficas

Abramo, L. (2006). Desigualdade de Gênero e Raça no Mercado de Trabalho Brasileiro. *Cienc. Cult.* vol.58, no.4, São Paulo, outubro/dezembro.

Athias, L. (2018) Identificação étnico-racial no Brasil: entre classificação e identificação. In: Simões, Athias, Botelho (org). *Panorama Nacional e Internacional da produção de indicadores Sociais: grupos populacionais específicos e uso do tempo.* Rio de Janeiro: IBGE, p.168-215.

Barro, R. (1999). *Reagan vs. Clinton: Who's The Economic Champ?* Bloomberg, fevereiro.

Braga, D.; Assuncao, G. (2021). PNADcIBGE: Downloading, Reading and Analyzing PNADC Microdata. R package version 0.7.0. <https://CRAN.R-project.org/package=PNADcIBGE>

Bridi, M. A. (2020). A pandemia Covid-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 100, p. 141–165, Novembro.

Cobo, B.; Santos, C.; Agostinho, C. (2018). Abordagem de gênero nas estatísticas sociais. In: Simões, Athias, Botelho (org). *Panorama Nacional e Internacional da produção de indicadores Sociais: grupos populacionais específicos e uso do tempo.* Rio de Janeiro: IBGE, p.168-215.

IBGE (2022a). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.* Coordenação de População e Indicadores Sociais - Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE (2022b). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil.* Coordenação de População e Indicadores Sociais - Rio de Janeiro: IBGE.

Okun, A. (1962). Potential GNP: Its measurement and significance. *American Statistical Association, Proceedings of the Business and Economic Statistics Section.*

Saboia, J., Baeta, F., Gomes, G. (2020) *Desalentados no Brasil - Caracterização e Evolução no Período 2014/2019.* Texto para Discussão (TD) 003| 2020 - Instituto de Economia- UFRJ.

Saboia, J.; Rocha, C.; Villacorta, V., N.; Martinez, R., R., L; Soares, I., M. (2021). *O Mercado de Trabalho no Brasil nas crises de 2015/2016 e 2020: Semelhanças e Diferenças.* Texto para Discussão (TD) 025| 2021 - Instituto de Economia - UFRJ.

Saboia, J; Hallak Neto, J. (2022). Proposta de um Índice de Miséria ampliado para o Brasil. Texto para Discussão (TD) 022| 2022 - Instituto de Economia- UFRJ.

Souza Silveira, L.; Siqueira Leão, N. (2021). Segregação ocupacional e diferenciais de renda por gênero e raça no Brasil: uma análise de grupos etários. *Revista Brasileira De Estudos De População*, 38, 1–22. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0151>